

O tema do STF de número 32 trata sobre a Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social

O tema do STF de número 32 afirma que A lei complementar é forma exigível para a definição do modo benéfico de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art da CF especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas